

Vara : 116 - SEXTA VARA DA FAZENDA PUBLICA DO DF

Réu : TARCÍSIO FRANKLIN DE MOURA e outros

RUB

Decisão Interlocutória

Os requeridos foram devidamente notificados e apresentaram suas informações prévias às fls. 245/257 e 494/509, nos termos do artigo 17, § 7º da Lei nº 8429/92.

É o brevíssimo relatório. DECIDO.

Assim, havendo nos autos indícios suficientes de supostos atos de improbidade e de responsabilidade e não vislumbrando nenhuma das hipóteses previstas no §8º do art. 17 da Lei

nº 8.429/92, que seriam causa de rejeição, deve ser recebida à ação, dando-se a ela o devido prosseguimento até ulteriores fases.

Assim, recebo a petição inicial para averiguar o alegado ato de improbidade administrativa.

Citem-se os réus para apresentação de defesa, no prazo de 15 (quinze) dias.


Intimem-se o Distrito Federal nos termos do artigo 17, §3º, da Lei 8.429/92.

Publique-se.

Brasília - DF, sexta-feira, 25/06/2010 às 17h42.

GIORDANO RESENDE COSTA

Juiz de Direito Substituto

FOLHA 04
AS 10 785/2010
RUB 



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA DA
FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.

TRABALHO DE JUIZ
DO DISTRITO FEDERAL
6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
15/07/2010 09:37:22

REF.: PROCESSO N.º 2009.01.1.195.816-8

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

RÉUS: TARCÍSIO FRANKLIN DE MOURA e RÁPIDO
GIRASSOL TRANSPORTES LTDA.

O DISTRITO FEDERAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, nos autos da Ação de Improbidade Administrativa em epígrafe identificada, vem, com o devido respeito e acatamento, por intermédio do seu Procurador que a esta subscreve, regularmente constituído por força de lei, manifestar-se da seguinte forma:

Em 22 de julho de 2010, o Distrito Federal, na pessoa do seu Procurador Geral, foi intimado a assumir uma determinada posição processual na ação de improbidade ora interposta, tal como dispõe o §8º do art. 17 da Lei 8.429/92.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



Ocorre que, sopesando os fatos que envolvem a demanda e, sobretudo, levando em consideração que o ente público afetado pelo ato supostamente lesivo, o BRB, possui personalidade jurídica própria, **O Distrito Federal vem se manifestar no sentido de que assumirá posição de neutralidade na presente ação.**

Todavia, a posição de neutralidade que ora se adota poderá ser alterada a partir do momento em que a demanda em testilha passar a interferir diretamente na esfera jurídica do Distrito Federal.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília/DF, 4 de agosto de 2010.

EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF – 29.190